

O SR. PRESIDENTE - CAMPOS MACHADO - PTB - Senhoras e senhores, estamos chegando ao fim deste evento um tanto quanto familiar. Nunca vi tantos parentes em uma mesa só.

Queria terminar mencionando Mário Quintana, poeta gaúcho que diz: “Não é preciso correr atrás das borboletas, basta cuidar do jardim que elas chegam”. Os engenheiros e engenheiras deste País estão convidados a cuidar de um jardim chamado Brasil.

Boa noite.
Está encerrada a sessão.
* * *
- Encerra-se a sessão às 20 horas e 39 minutos.
* * *

29 DE MARÇO DE 2016

36ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: **ANALICE FERNANDES, ORLANDO BOLÇONE, CORONEL TELHADA, JOOJI HATO e MARCOS NEVES**
Secretário: **CORONEL TELHADA**

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES
Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Tece críticas à gestão do governo Alckmin. Repudia a proposta anunciada pelo governador, nesta data, sobre o fim da bonificação aos funcionários da Educação. Comenta assembleia da categoria, agendada para o dia 8 de abril, que definirá pela greve do Magistério.

3 - CORONEL TELHADA

Comenta participação em evento, nesta manhã, no Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, em solenidade para homenagear os policiais daquele Regimento. Pede a atenção do governador Geraldo Alckmin quanto ao reajuste para o funcionalismo público estadual. Solidariza-se com o discurso do deputado Carlos Giannazi quanto ao aumento salarial para os professores.

4 - ORLANDO BOLÇONE

Assume a Presidência.

5 - ANALICE FERNANDES

Para comunicação, combate o discurso do deputado Carlos Giannazi, sobre o fim do bônus para os professores. Justifica que a queda na arrecadação estadual é um dos fatores que levaram ao corte do benefício. Discorre sobre consequências da crise, como o aumento do desemprego. Pede cautela aos sindicatos que representam o Magistério. Sai em defesa do governador Geraldo Alckmin.

6 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

7 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, rebate o discurso da deputada Analice Fernandes. Reitera suas críticas à decisão do governador de cortar o bônus aos professores. Cita valores que representam os salários de alguns profissionais da Educação, os quais considera irrisórios.

8 - ANALICE FERNANDES

Para comunicação, pede que seja retirado termo usado no discurso do deputado Carlos Giananzi. Apresenta argumentos que, a seu ver, justificam o não reajuste aos servidores da Educação.

9 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, responde o discurso da deputada Analice Fernandes. Acrescenta que a parlamentar tem uma postura subserviente ao governo tucano.

10 - CORONEL CAMILO

Defende melhores condições de trabalho para os servidores da Segurança Pública. Lamenta a morte do sargento Jeferson de Oliveira Campos, ontem. Repudia proposta do governo federal, de alterar a previdência social dos militares. Sugere a paridade de direitos, como a concessão do direito à sindicalização, à greve, ao fundo de garantia, entre outros benefícios já concedidos aos civis.

11 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência.

12 - MARCOS MARTINS

Crítica o anúncio, pelo governo estadual, do fim dos incentivos na conta de água ao consumidor que reduzia o consumo mensal. Avalia que o problema hídrico continua. Destaca que ainda há grande perda de água por vazamentos em tubulações de amianto.

13 - RAUL MARCELO

Discorre sobre o momento político pelo qual passa o Brasil. Destaca iniciativas do governo petista que, a seu ver, resultaram na crise atual do País. Tece críticas à presidente Dilma Rousseff. Repudia a linha sucessória da presidente, caso o impeachment aconteça. Apela pela consulta popular, para que sejam decididos os caminhos do Brasil, por meio de novas eleições.

14 - ORLANDO BOLÇONE

Tece comentários sobre os riscos à saúde, pela inalação de gás de buzina, denunciado pela imprensa de São José do Rio Preto. Lamenta a morte de uma jovem de 18 anos, naquele município, que perdeu a vida após inalar o gás. Acrescenta que a buzina, disfarçada de brinquedo, contém duas substâncias: o propano e o butano. Cita outros casos de mortes ocorridas no estado de São Paulo, em decorrência do mau uso do brinquedo.

15 - JOOJI HATO

Faz coro ao discurso do deputado Orlando Bolçone sobre o risco de morte, decorrente da inalação do gás de buzina. Discorre sobre o caso ocorrido em São José do Rio Preto. Tece comentários sobre a crise política no Brasil e sobre as delações premiadas que vêm ocorrendo.

16 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Discorre sobre o momento político do Brasil. Manifesta-se contrário ao impeachment. Cita ex-procurador da gestão FHC, que não permitia a investigação de processos criminais. Discorda do motivo que tem sido alegado, pela oposição, para a saída da presidente Dilma Rousseff, o de ter cometido pedaladas fiscais. Rebate a fala do deputado Jooji Hato, sobre a permanência de Michel Temer no governo, no caso do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

17 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

GRANDE EXPEDIENTE

18 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Considera que a linha 13 do Metrô traria mais benefícios à população se fosse estendida até regiões mais populosas de Guarulhos, ao invés de apenas até o aeroporto. Crítica o investimento internacional da obra, argumentando que houve repasse de recursos suficientes por parte do governo federal. Manifesta-se indignado com a retirada de verbas de obra contra enchentes do Rio Baquirivú, em Guarulhos. Saúde estudantes em manifestação presentes nas galerias.
19 - MARCIA LIA
Tece críticas à OAB por protocolar petição de impeachment contra Dilma Rousseff. Considera que, a seu ver, não há razões para o afastamento da presidente. Faz considerações acerca dos possíveis desdobramentos políticos com a saída de Dilma. Manifesta-se favorável à investigação de crimes de forma apartidária e constitucional.

20 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Solicita comportamento regimental por parte dos presentes nas galerias.

21 - CARLOS GIANNAZI

Pelo Art. 82, saúda os manifestantes presentes nas galerias, exigindo a instalação de CPI para investigação da máfia da merenda escolar. Informa que, hoje, foram presos sete integrantes envolvidos no escândalo de corrupção. Afirma que há dificuldade de instalação de CPis para investigação de casos que envolvem membros da bancada do Governo.

22 - CARLOS GIANNAZI

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

23 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defero o pedido e suspende a sessão às 16h01min.

24 - MARCOS NEVES

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h35min.

25 - JOSÉ ZICO PRADO

Pelo art. 82, tece considerações a respeito de manifestações ocorridas nesta Casa. Registra apoio aos manifestantes. Lamenta a criminalização antecipada da classe política. Crítica a OAB por tencionar a entrega, à Presidência desta Casa, de manifesto contra o governo federal. Clama por debates contínuos tendentes a politizar a população. Defende a instalação de CPI que objetive apurar desvio de recursos da merenda escolar.

26 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

27 - CAUÊ MACRIS

Pelo art. 82, manifesta satisfação por ser político. Faz reflexão acerca do desvio de finalidade praticado por certos agentes políticos, no exercício do mandato político. Repercuta a generalização da crise econômica que assola o País. Admite que governar é estabelecer prioridades. Explica medidas adotadas pelo Governo do Estado na seara da Educação Pública, a envolver aproximadamente 400 mil servidores.

28 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, crítica a proposta do Governo do Estado de extinguir o bônus destinado aos servidores da Educação, em troca do reajuste de 2,5% à remuneração. Clama a seus pares que não aproveem o projeto de lei que possivelmente deve ser enviado a este Parlamento, pelo governador Geraldo Alckmin. Defende a reposição, no mínimo, das perdas inflacionárias.

29 - JOSÉ ZICO PRADO

Para reclamação, rebate o pronunciamento do deputado Cauê Macris. Manifesta-se contrariamente à extinção dos bônus destinados ao Magistério. Corrobor o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

30 - CARLOS BEZERRA JR.

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

31 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defero o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 30/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.
* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convído o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectador da TV Alesp estamos perplexos com o governo Alckmin, que, a cada dia, surpreende-nos com uma nova maldade contra os servidores.

Como disse ontem, o governo não cumpre a data-base salarial dos servidores, a Lei nº 12.391, de 2006. São dois anos consecutivos sem reajuste, sem a reposição das perdas inflacionárias. O governo afronta a legislação, afronta a lei estadual, afronta o Art. 37 da Constituição Federal.

Não contente com isso, hoje lançou uma proposta que está em todos os jornais, sites e já é discussão na rede estadual de Ensino. O governo disse que não vai ter mais bônus para os professores. Março é o mês de pagamento do bônus. Já estamos no dia 29 e o governo não apresentou nem o índice de reajuste das perdas inflacionárias. É uma reposição. Não é reajuste. Estamos falando aqui de reposição das perdas inflacionárias.

Então, o governo não vai pagar o bônus e também não vai dar reajuste para os professores. Além disso, o governo está com uma proposta indecorosa e indecente, tentando jogar servidores da Educação contra servidores da Educação.

Aliás, diz que fará uma consulta pela internet. Os servidores da Educação terão que tomar a decisão.

O governo diz que vai incorporar o bônus no salário dos professores e dos servidores da Educação. No entanto, vai dar um reajuste de apenas 2,5 por cento. Fizemos os cálculos. Por exemplo, um agente de organização escolar, que tem um salário-base de 970 reais vai receber, de reajuste, com a incorporação desse bônus, apenas 20 reais a mais no seu salário. O valor de 20 reais a mais é uma afronta à dignidade humana dos servidores da Educação.

Não será diferente esse impacto de apenas 2,5% nos salários dos professores. Então, estamos perplexos com essa situação. É lógico que defendemos a incorporação do bônus no salário-base de todos os servidores. Agora, essa proposta do governo, de dar o reajuste de apenas 2,5%, dizendo que vai diluir o valor do bônus na folha de pagamento é um absurdo. É uma afronta total que nós não podemos aceitar.

O governo diz que vai enviar um projeto de lei aqui para a Assembleia Legislativa em caráter de extrema urgência, para que seja feito esse procedimento. Ou seja, a rede estadual defende o reajuste, pelo menos, da inflação acumulada no período. Pelo menos isso.

Que haja reposição dos anos anteriores. Porque os salários dos servidores em geral e, sobretudo, dos servidores da Educação, já estão defasados e arrochados há muitos anos no estado de São Paulo.

Não tem sentido essa proposta indecente e indecorosa que também já foi rechaçada pela Apeoesp. Dia 8 de abril, nós vamos ter uma grande assembleia da categoria na praça Roosevelt para decidir. Talvez tenhamos uma nova greve, porque esse ataque frontal que o governador Alckmin faz aos professores e aos servidores da Educação é inadmissível.

Haverá reação da rede estadual. É uma afronta aos professores, aos servidores da Educação. Um reajuste. Acabar com o bônus e ainda reajustar os salários em apenas 2,5%, quando a inflação do período foi de, no mínimo, 11,7%, beirando 12 por cento. Isso é a inflação oficial. Logicamente, é mais do que isso.

Temos perdas de anos anteriores, que não foram repostas em anos anteriores. Então, o governo tem uma dívida enorme para com os servidores, mas não paga a dívida anterior e ainda continua com a política perversa de arrocho e desvalorização dos salários apresentando essa maldita e perversa proposta de 2,5% de reajuste para os professores e para os servidores da Educação.

O bônus praticamente é extinto. É um absurdo total. Os professores estão em pé de guerra. Todos os servidores da Educação e as escolas estaduais vão se mobilizar. Dia 8 de abril nós daremos uma grande resposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sra. Presidente, deputado Carlos Giannazi, funcionários da Assembleia Legislativa, policiais militares aqui presentes e telespectadores da TV Alesp. Quero dar ciência de que hoje pela manhã estivemos no Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, junto com o coronel Gasparian, comandante daquela unidade. Participamos de uma solenidade em homenagem aos policiais militares do Regimento, por várias ocorrências que eles têm atendido e por várias posturas que têm tido contra o crime, em favor da população de São Paulo. Só quero agradecer publicamente a todos os policiais militares do Regimento de Cavalaria pelo trabalho forte e constante que eles têm feito. Agradecer aos oficiais e a todas as praças que ali servem, pela lealdade e firmeza no trato com aqueles que não querem trazer tranquilidade à população. Eles estão sempre presentes no combate à criminalidade, valorizando a imagem da Polícia Militar.

Quero também me aliar aos pedidos para que o senhor governador do estado reveja com muita cautela a situação do funcionalismo público, em especial, no nosso caso, dos homens e mulheres da Segurança Pública - Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica e pessoal da Assistência Penitenciária. É uma situação muito difícil a que estamos passando no País, e sabemos disso. Esperamos que hoje tenhamos uma mudança no rumo da política na federação no nosso País. Mas o estado de São Paulo é pujante e trabalhador. Temos conseguido manter os pagamentos em dia e trazer o funcionalismo ainda em bom tempo, mas precisamos urgentemente de uma reavaliação nos salários de todos os funcionários públicos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Orlando Bolçone.

* * *

O deputado Carlos Giannazi falava há pouco da área da Educação, com a qual me solidarizo. E quero fazer um pedido em prol da Segurança pública. Sabemos das dificuldades, mas entendemos que é necessária uma postura mais enérgica do governo quanto à parte salarial, pois nossos funcionários passam por uma situação muito difícil. O salário está defasado, e há uma desvalorização junto à população. Precisamos rever tudo isso com certa urgência. Quero solicitar ao governador do Estado atenção a esse pedido, para que faça isso de pronto. Já estamos no final de março. Passamos da data-base, mas ainda há tempo de estabelecermos tranquilidade no nosso funcionalismo e trazermos uma melhor prestação de serviço à população. Para isso, contamos diretamente com o entendimento e a postura do governo. E também peço ao secretário da Segurança Pública, Dr. Alexandre de Moraes, que nos ajude nessa propositura, levando ao governador o anseio de toda a Polícia Militar, na forma de um reajuste urgente e imediato. No ano passado, não tivemos nada. Este ano não pode passar da mesma maneira. E não adianta esperar até dezembro para fazer isso; o momento é agora. Então, solicito ao governador que reveja a situação do seu funcionalismo, em especial da Polícia Militar do estado de São Paulo. Sr. Presidente, é somente isso. Muito obrigado.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Ouvi atentamente o discurso feito pelo nobre deputado Carlos Giannazi, que dia após dia demonstra um notório desconhecimento da realidade do Brasil e do estado de São Paulo, bem como daquilo que estamos vivendo. Hoje ouvi a entrevista feita com o secretário da Educação, José Renato Nalini, que estava explicando essa questão do bônus. Acho importante falar isso para aqueles que estão em casa nos assistindo. O deputado Carlos Giannazi sabe que a arrecadação no estado de São Paulo vem caindo mês a mês. Não acredito, em hipótese alguma, que o governador Geraldo Alckmin, uma pessoa séria e responsável não queira dar o aumento para os funcionários da Educação do nosso Estado ou esse bônus que é tão importante para aqueles professores que cumprem a meta e o recebem pela meritocracia. Aliás, eu sou bastante a favor daqueles que realmente produzem.

Acontece que a situação no estado de São Paulo vem se arrochando e o número de desempregados é imensamente grande. O problema é grave no estado de São Paulo. Eu acho que optar, neste momento, a pedido da Apeoesp e da Sra. Maria Izabel, por deixar, realmente, de contemplar os professores com o bônus e dar o aumento linear para aqueles que estão aposentados e aqueles que estão na ativa é mais do que justo.

Agora, o Governo vai dar o aumento conforme a sua arrecadação. O Governo vai dar o aumento diante daquilo que pode fazer. Ele não vai cometer o erro que o governo federal vem cometendo, que é passar acima daquilo que é impossível de ser feito. Aliás, eu não vejo em nenhum momento o deputado Carlos Giannazi vir à tribuna criticar a questão da Educação tratada pelo Ministério, pelo governo Dilma.

Essa equipe da Apeoesp deve tomar bastante cautela neste momento em que estamos vivenciando uma crise gravíssima. Agora, querer fazer aqui em São Paulo cortina de fumaça para tapar o sol com a peneira, diante de tudo a que nós estamos assistindo, dos desmandos do governo federal, é realmente uma irresponsabilidade.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O deputado Carlos Giannazi disse que a proposta do governo Geraldo Alckmin é indecente e indecorosa. Sua Excelência não está levando em consideração que a Secretaria da Educação está avaliando um pedido feito pela própria Apeoesp. Digo a S. Exa. que não há nenhuma proposta indecorosa ou indecente, nem uma nova maldade, como gosta de falar com relação ao Governo.

É um Governo sério, probo, que paga o funcionalismo. Embora a situação do funcionalismo esteja grave, ele vem pagando em dia. É em isso que temos que ter responsabilida-de na hora de usar aquela tribuna e falar.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, não posso deixar de responder à deputada Analice Fernandes, deputada tucana, governista, que vota contra os servidores públicos, contra o funcionalismo, contra os servidores da Segurança, contra os servidores da Educação, e defende, aqui, de uma forma canina, todos os projetos nefastos do governador Geraldo Alckmin. Defendeu, também, os projetos anteriores, do ex-governador Serra - projetos que tanto prejudicaram os servidores públicos.

Sua Excelência, logicamente, como uma deputada da base do Governo, tucana, tem que defender um Governo corrupto, que está sendo investigado, que está envolvido na máfia da merenda escolar, no trensalão tucano, no cartel da CPTM e do Metrô, na máfia do ICMS e da Secretaria da Fazenda e em tantas outras denúncias de corrupção. Sobre isso a deputada não fala.

Entretanto, o governador é blindado pela Assembleia Legislativa, pelo Tribunal de Contas, por setores do Judiciário, pela grande imprensa, por setores do Ministério Público. Então, nada pega no governador.

Em relação ao reajuste salarial, isso é um absurdo. Não é uma proposta indecorosa e indecente, deputada Analice Fernandes. É uma proposta nefasta. Isso é ridículo. Todas as escolas estão criticando essa proposta. Vossa Excelência está defendendo o governador Alckmin sozinha, porque todos os professores da rede estadual e todos os funcionários são contrários.

Não sei como V. Exa. consegue defender uma proposta tão absurda como esta: 2,5% de reajuste salarial. Vossa Excelência sabe quanto ganha um agente de organização escolar? Quanto o seu partido, o PSDB, paga? São R\$ 970,00. Esse agente de organização escolar da rede estadual, lá de sua cidade, de Taboão da Serra, ganha R\$970,00 e vai ter um reajuste de R\$20,00 no seu salário. É isso que V. Exa. defende para o funcionalismo público porque tem que defender o Governo Alckmin. Mas nós somos do PSOL e criticamos o Governo do PT, criticamos o corte que a presidente Dilma Rousseff fez de dez bilhões de reais no ano próximo passado da farsa da pátria educadora. Somos os maiores críticos do PT e do PSDB, não temos nenhuma dificuldade com isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, só para pedir a V. Exa. para que o deputado Carlos Giannazi retire a frase que ele disse “ essa deputada se comporta de uma maneira canina”. Canina ele deve ter aprendido na casa dele, com os familiares dele a tratar as pessoas dessa forma. Aqui nesse plenário eu, educadamente, tenho feito a minha defesa daquilo que eu acredito. E acredito que nesta hora, nesse momento crítico que o estado de São Paulo vem atravessando, é impossível o governador Geraldo Alckmin, diante da sua responsabilidade - e responsabilidade ele tem bastante - dar o aumento maior. Ele não dar o aumento porque ele não quer, isso não existe. Ele não dá o aumento porque ele não tem condições, nesse momento, para isso. Tenho certeza de que ele gostaria de aplicar esse ano novamente um bilhão e dar o aumento que o funcionalismo tanto precisa. Essa é a minha reclamação nesse momento.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, nem gosto de utilizar esse dispositivo de comunicação, reclamação durante o Pequeno Expediente porque tem vários deputados querendo falar. Mas como fui agora agredido pela deputada Analice Fernandes, aliás eu não, mas minha família, quero dizer que é um absurdo ela falar isso. A deputada Analice Fernandes nem conhece minha família, não conhece a minha história que é bem diferente da dela. Mas eu quero só reafirmar aqui que talvez eu tenha me esquecido de dizer uma palavra. Eu falei canina, mas eu queria dizer que V. Exa. tem uma “fidelidade” canina ao governador Geraldo Alckmin e ao PSDB. Uma fidelidade canina aos absurdos, aos projetos nefastos e perversos que o governador apresenta contra os servidores e contra a população. Repito, acho que me esqueci da palavra “fidelidade” canina. Peço que V. Exa. me respeite e respeite a minha família. Não baixe o nível da discussão. Eu estou fazendo aqui uma discussão...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, quero pedir a ambos que mantivessem a calma. Eu entendo a defesa veemente da postura dos dois deputados, mas que retomássemos a calma para prosseguirmos no Pequeno Expediente. Muito obrigado a ambos. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente em exercício, nobre deputada Analice Fernandes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, assessores parlamentares, vamos agora falar um pouco sobre direitos e deveres.

Há alguns dias a presidente Dilma Rousseff mandou para lá um PLC nº 257, que trata da renegociação das dívidas com os estados. Estava lá o nosso governador Geraldo Alckmin, presentes também a maioria dos governadores. E o que pede lá no PLC nº 257? Pede uma série de providências dos estados, que até entendo. Mas duas dessas providências atingem diretamente a um público que já é massacrado, servidor público que é, dentre todos, dos mais dedicados. E não tem servidor no estado de São Paulo e no Brasil mais comprometido do que esse, que é o policial militar. E hoje eu vou trazer uma prova disso.

O nosso sargento Gerson de Oliveira Campos faleceu ontem. Ele foi vítima de um assalto. Por saberem que ele era policial, ele acabou sendo morto.

Estive hoje com o secretário Alexandre de Moraes tratando da regulamentação da “lei dos pancadões”, assunto sobre o qual falarei em uma próxima oportunidade. Conversamos também sobre a difícil missão de ser policial, e acabei de mostrar como é difícil.

Como veio uma PEC federal que quer mudar a Previdência, colocando a culpa nos militares, gostaria de fazer uma sugestão para a área federal também. Já que querem mexer na Previdência dos policiais, se estão achando que os militares são um peso, façam isso de forma completa. Digo isso para a área federal e para o nosso governador, já que isso depende de lei que passará por esta Casa e que eu rebaterei fortemente.

Querem tornar os militares iguais aos civis? Ótimo. Então deem aos militares o Fundo de Garantia, que nós não temos; o direito à greve, que nós não temos; o direito à sindicalização e o direito a filiar-se a partido político, que nós não temos. Deem também aos militares adicional noturno, auxílio-periculosidade, hora-extra. Além disso, tirem dos militares o regulamento disciplinar forte e o Código de Processo Penal Militar, que é muito mais rígido do que o Código Penal comum. Ai sim poderemos falar em igualdade, vamos querer igualar os regimes políticos. Tirem também, dos militares, o compromisso de morrer em seu serviço.

É muito fácil dizer que vai mudar. Eu mesmo, governador Geraldo Alckmin, fiz uma proposta nesta Casa retirando o projeto de V. Exa., que em 2011 jogava os policiais militares na vala comum da Previdência. Todas as carreiras do estado têm seu plano de Previdência, menos a Polícia Militar, exatamente por essa característica, porque morre pelo cidadão, como fez o Campos ontem.